



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2025

- CONTRATANTE (UASG)

929317 –Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ

- OBJETO

PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) VEÍCULOS AUTOMOTORES, TIPO PASSEIO, NOVO/ZERO KM, PADRONIZADO NA MARCA FIAT, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU/RJ.

- VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 411.428,00

- **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 01/12/2025 ÀS 9h30min. (horário de Brasília)

- **LOCAL:** www.gov.br/compras/pt-br

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO

- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO

- **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

- **CONTATO PARA DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS**

licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br



ÍNDICE

1. PREÂMBULO.....	4
2. ANEXOS DO EDITAL.....	4
3. OBJETO.....	4
4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS.....	5
5. PREÇO ESTIMADO.....	6
6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
7. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	6
8. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO.....	7
9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME.....	8
10. CONDUÇÃO DO CERTAME.....	10
11. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO.....	10
12. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	11
13. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	13
14. MODO DE DISPUTA.....	13
15. INÍCIO DA FASE COMPETITIVA E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	14
16. CONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES.....	15
17. BENEFÍCIOS DAS ME/EPP E EQUIPARADAS.....	15
18. CRITÉRIOS DE DESEMPATE.....	15
19. NEGOCIAÇÃO E AFERIÇÃO DA EXEQUIBILIDADE.....	16
20. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS.....	17
21. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA....	17
22. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO.....	19
23. SANEAMENTO NO JULGAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO.....	21
24. INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL.....	22
25. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	22
26. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	22
27. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	23
28. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	24
29. REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS.....	26
30. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	26
31. RECEBIMENTO DO OBJETO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.....	27
32. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	28
33. OBRIGAÇÕES DA CÂMARA.....	28



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

34. SUBCONTRATAÇÃO.....	28
35. FATURAMENTO E PAGAMENTO.....	28
36. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	30
37. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.....	33
38. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	34





PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2025

1 – PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU/RJ**, sediada na Praça Feliciano Sodré, 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, CEP 28.860-000, inscrita no CNPJ sob o nº 30.407.084/0001-43, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na Forma **ELETRÔNICA**, no modo de disputa **ABERTO**, com Critério de Julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a aplicação subsidiária, no que couber, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79/2024, Lei Municipal 2.384, de 27 de novembro de 2023, Decreto Municipal nº 3.335, de 29 de dezembro de 2023, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal 3.393, de 08 de março de 2024, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/20214 (ME/EPP), e demais legislação pertinente ao objeto, e ainda, sob as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

Processo Administrativo CMCA: 952/2025

Data de abertura da Sessão Pública: 01/12/2025

Hora: às 9h30 min. – horário de Brasília - DF

Local: Sistema de Compras do Governo Federal

Endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

2 – ANEXOS DO EDITAL

2.1 – Integram este Edital, para todos os efeitos, os seguintes Anexos:

2.1.1 -ANEXO I – Termo de Referência;

2.1.2 - ANEXO II –Planilha Orçamentária de Preços Estimados;

2.1.3 – ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços Adequada;

2.1.4 – ANEXO IV – Documentações exigidas para Habilitação;

2.1.5 – ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculos com a Administração Pública;

2.1.6 – ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;

2.1.7– ANEXO VII – Modelo de solicitação de inclusão em Cadastro de Reserva;

2.1.8 – ANEXO VIII – Minuta de Contrato.

3 – OBJETO

3.1 – O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) VEÍCULOS 0KM** da marca FIAT (em conformidade com a padronização prevista na Resolução nº 011/2022), para atender aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, conforme condições, quantidades, e exigências estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS.

3.2 – Especificações mínimas do objeto de acordo com o ANEXO I do Termo de Referência:

Item	Especificação do Objeto	CATMAT	Unid.	Quantidade
01	VEÍCULO DE PASSEIO, MARCA FIAT, NOVO/ZERO KM (2025/2026), TIPO HATCH, CONTENDO NO MÍNIMO: MOTOR 1.0 FLEX DE 3 CILINDROS; CAPACIDADE PARA 5 OCUPANTES, 5 PORTAS (4 LATERAIS + 1 TRASEIRA), NA COR BRANCA, CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS À FRENTE E 1 À RÉ, POTÊNCIA MÁXIMA 71 CV (G) E 75 (E); COMBUSTÍVEL: FLEX, CONFORME ESPECIFICAÇÃO COMPLETA NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.	150682	UNID	04

3.3 – As especificações detalhadas do Item do Objeto constam no ANEXO I – Termo de Referência.

3.4 – A CÂMARA não se obriga a contratar o fornecimento licitado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste Edital, podendo até realizar licitação específica para este objeto, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.

3.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a CÂMARA a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

3.6 - **No caso de divergência entre a especificação e código CATMAT contidos neste Aviso de Edital, no Termo de Referência, e no Sistema Compras.gov.br-SIASG, prevalecerá as especificações descritas no Termo de Referência – ANEXO I, conforme o caso.**

3.7 - Não será admitida a subcontratação do objeto deste Aviso de Licitação.

4 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - **O Prazo de Vigência do Registro de Preços será de 1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do artigo 22 do Decreto Federal 11.462/23 e artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.2- **O Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial**, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 22 do Decreto Federal 11.462/23 e artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.3 - No caso da prorrogação da Vigência da Ata de Registro de Preços é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

4.4 - Os Preços Registrados poderão ser alterados nas condições previstas na Ata de Registro de Preços, conforme minuta que faz parte deste edital de licitação – **ANEXO VI** (inciso VI do artigo 82 da Lei nº 14.133/2021).

4.5 - Na forma prevista na Ata de Registro de Preços, o eventual contrato que vier a ser formalizado durante a sua execução poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo decenal máximo previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a CÂMARA, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

5 – PREÇO ESTIMADO

5.1 - O Preço Total estimado para a contratação do objeto deste Pregão Eletrônico é de **R\$ 411.428,00** (quatrocentos e onze mil e quatrocentos e vinte e oito reais), utilizando-se como limite, o Preço Unitário e Global estimado na Planilha Orçamentária do **ANEXO II do Edital**. Estes preços foram apurados pelo Departamento de Suprimentos da CÂMARA, **não podendo em nenhuma hipótese a contratação ultrapassar o valor máximo orçado.**

5.2 - Nos preços especificados na Planilha Orçamentária de Quantitativo e Preços Unitário e Global do **ANEXO II do Edital** já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações tributárias e trabalhistas e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato.

5.3 - Por tratar-se de uma ESTIMATIVA, esse montante não poderá ser exigido, nem considerado como preço de pagamento mínimo, não se obrigando, assim, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** a utilizá-lo integralmente, e nem as quantidades indicadas no **ANEXO I – Termo de Referência**.

6 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com a eventual aquisição correrão a conta da previsão orçamentária da CÂMARA, a saber no Programa de Trabalho nº 01.031.0001.2.330, Elemento de Despesas 4.4.90.52.99.00.00.00.0001 – Outros Materiais Permanentes.

7 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

7.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

7.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, designado Pregoeiro e Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados, constante da página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.3 - Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

7.4 - Os participantes de Licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica e qualquer interessado poderão acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

7.5 - O licitante deverá observar rigorosamente os prazos limites (data e horário) para o recebimento de Propostas, bem como de abertura e início da sessão pública de disputa de preços, assim como, as convocações feitas no sistema pelo Pregoeiro.

7.6 - Caberá a licitante a responsabilidade por informações inverídicas prestadas com o intuito de obter os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

7.7 - O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço Por Item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

7.8 – O licitante deverá atender às condições exigidas neste Edital e seus Anexos.

7.9 - Quanto à sustentabilidade, a Contratada deverá obedecer o contido no Termo de Referência – ANEXO I DO EDITAL.



8 – CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1 – A participação neste Pregão Eletrônico destina-se às Empresas interessadas, que ATUAM E EXPLOREM RAMO DE ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA EDITAL, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa e que estiverem previamente **CREDENCIADAS NO SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES - SICAF E NO SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (www.gov.br/compras)**, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

8.2 – Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

8.3 - O procedimento será divulgado no Jornal Diário de Grande Circulação, Site Oficial da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, no Sistema de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

8.4- O Sistema de Compras do Governo Federal poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

8.5 - O licitante responsabilizar-se-á, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.6 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7 - As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Equiparadas desejando participar deste procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei nº 14.133/21.

8.7.1 - A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

8.8 - Será admitida a participação de Cooperativa de Trabalho na licitação, quando está caracterizada, evidenciando as seguintes condições:

8.8.1 - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

8.8.2 – A Cooperativa apresentará demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.





8.8.3 -Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

8.8.4 -O objeto da licitação referir-se, em se tratando de Cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8.9 - Não será admitida a contratação de Cooperativa cujo estatuto e objetos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado (Art. 13, IN 5/2017).

8.10 - A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

8.11 - Os benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte serão estendidos às Cooperativas, quando elas atenderem ao disposto no art. 3º, § 4º, inc. VI, e art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

8.12 - Será permitida a participação em Consórcio, sujeita às seguintes regras:

8.12.1 -As Empresas Consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a CÂMARA, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária.

8.12.2 -Apresentarão, de forma conjunta, mas individualizada, documentação de habilitação prevista no **ANEXO IV** deste Edital.

8.12.3 -As Empresas Consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio.

8.12.4 -As Empresas Consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato.

8.12.5 - O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

9 – VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO

9.1 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, **Pessoa Física ou Jurídica** que estejam enquadradas nas seguintes condições:

9.1.1 -Suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a Administração Municipal Direta ou Indireta, ainda na vigência da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02.

9.1.2 - Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ainda na vigência da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.1.3 - Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei nº 14.133/21.





9.1.4 - Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei nº 14.133/21.

9.1.5 - Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CÂMARA ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei nº 14.133/21.

9.1.6 – Que não atendam às condições deste Aviso e seu(s) Anexo(s);

9.1.7 – Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.1.8 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, grupo comercial, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.1.9 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.10 - Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.1.11 - O agente público da CÂMARA, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de Equipe de Apoio, Profissional especializado ou Funcionário ou Representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.1.12 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

9.1.13 - Agente público da CÂMARA, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei n.º 14.133/2021.

9.1.14 - Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

9.1.14.1 - Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

9.1.15 - Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

9.1.16 - Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

9.1.17 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;



9.1.18 - Os impedimentos previstos nos itens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do Fornecedor (Art. 14, §1º, Lei 14.133/2021).

9.1.19 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

10 – CONDUÇÃO DO CERTAME

10.1 - O certame será conduzido por servidor da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, designado Pregoeiro, que irá coordenar a Sessão Pública da licitação e promover as seguintes ações: receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos seus Anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário; verificar a conformidade da Proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no Edital; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio; e encaminhar o processo instruído, depois de encerradas às fases de Julgamento e de Habilitação e exauridos os recursos administrativos, à Autoridade Superior para Adjudicação e Homologação.

11 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

11.1 - A licitação será realizada à distância e em Sessão Pública, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (art. 7º da IN SEGES/ME nº 73/2022 alterada pela IN SEGES/MGI nº 79/2024).

11.2 - O Sistema mantém a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133/2021.

11.3 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, na forma eletrônica:

I - Credenciar-se previamente no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para ter acesso ao sistema eletrônico utilizado no certame.

II - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via Sistema, a Proposta com o preço até a data e hora marcadas para abertura da Sessão.

III - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

IV - Acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela CÂMARA ou de sua desconexão.

V - Comunicar imediatamente ao Provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 –O ingresso do licitante na disputa do Pregão Eletrônico ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item:

12.2 - Após a divulgação do edital de licitação, no Sítio Eletrônico, Jornal Diário de Grande Circulação, Jornal Municipal e no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, **os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br-SIASG, suas respectivas Propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da Sessão Pública, quando, então encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

12.3 - **O licitante deverá, na elaboração de sua Proposta de Preço Adequada, observar o contido no Termo de Referência - ANEXO I do Edital, Planilha Orçamentária – ANEXO II do Edital e no Modelo da Proposta de Preços - ANEXO III do Edital, como:**

- a) Cotação de preços que atenda as quantidades e especificações técnicas contidas no Termo de Referência, inclusive a marca (fabricante) e o modelo (referência), e o ano do veículo.
- b) Preço Unitário e Total, expresso em moeda corrente nacional contendo somente duas casas decimais. Nos casos de divergência entre o preço total e o preço unitário prevalecerá o valor ofertado como preço unitário.
- c) No preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento do objeto deste aviso, incluindo impostos, taxas, embalagem, seguros, licenciamento, garantia e custos de entrega no local indicado pelo CONTRATANTE.
- d) A Proposta de Preço Adequada deverá conter o endereço, telefone, e-mail da Empresa e assinatura do seu Representante Legal devidamente identificado e qualificado.

12.4 - A apresentação da Proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no item anterior, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

12.5 - **Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na estimativa elaborada para esta licitação – ANEXO II do Edital.**

12.6 –O Modelo de Proposta, em sua forma prevista no **ANEXO III do Edital**, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à **Readequação de sua oferta final**.

12.7 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.

12.8 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.9 - **O prazo mínimo de validade da Proposta é de 90 (noventa) dias**, contados da data limite para apresentação das Propostas nesta Licitação, sendo este o prazo considerado em caso de omissão ou erro.

12.10 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a Proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da Sessão Pública.

12.11 - A ordem de classificação das Propostas ocorrerá somente após os procedimentos relacionados à disputa da fase de lances.



12.12 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a Proposta dos licitantes convocados para apresentação de Proposta, após a fase de envio de lances.

12.13 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no Sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da Proposta e obedecerá às seguintes regras:

12.13.1 -A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

12.13.2 -Os lances serão de envio automático pelo Sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

12.13.3 - O valor final mínimo parametrizado no Sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

12.13.3.1 -Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no Sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

12.13.3.2 -Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no Sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

12.14 - O licitante **DECLARARÁ, em campo próprio do Sistema**, sem prejuízo da exigência de outras Declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua Proposta com as exigências do edital de licitação, que:

12.14.1-Está ciente do inteiro teor do Edital e seus Anexos, e que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

12.14.2- AProposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1998, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

12.14.3 -Cumpre plenamente os requisitos de Habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências desse Edital, do Termo de Referência e da Planilha Orçamentária.

12.14.4- Inexiste impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva a CÂMARA.

12.14.5 -Possui ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12.14.6 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei nº 14.133/2021.

12.14.7- Não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

12.14.8 -Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

12.14.9 - Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

12.15 - O licitante organizado em Cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.



12.16 - No caso de licitante enquadrada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/ 2021.

12.16.1 - nos itens exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

12.17 - A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

12.18 – A verificação da conformidade da Proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à Proposta mais bem classificada, na forma do §1º do artigo 20 da IN SEGES nº 73/2022.

13 – ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1- A abertura da Sessão Pública deste PREGÃO ELETRÔNICO POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá automaticamente pelo Sistema na data e hora indicadas no Preâmbulo deste Edital, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

13.2 - O Sistema ordenará automaticamente as Propostas Classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.3 - A comunicação entre o Pregoeiro e as Licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico (CHAT), vedada outra forma de comunicação.

13.4 - Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a Sessão Pública até o encerramento definitivo no Sistema Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

14 – MODO DE DISPUTA

14.1 - Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de **DISPUTA ABERTO** – onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.2 - Os lances serão ordenados pelo Sistema e divulgados em ordem crescente.

14.3 - **O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 0,50** (cinquenta centavos) e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

14.4 - Os licitantes somente poderão ofertar lances inferiores ao último por eles ofertado e registrado no sistema.

14.5 - No modo de Disputa Aberto, a etapa de envio de lances na Sessão Pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo Sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração dessa etapa.

14.6 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o *subitem anterior*, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.7 - Na hipótese de não haver novos lances na forma acima estabelecida, a etapa será encerrada automaticamente e o Sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.





14.8 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.9 – Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15 – INÍCIO DA FASE COMPETITIVA E FORMULAÇÃO DE LANCES

15.1 - O Licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

15.2 - O Licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo Sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

15.3 - O Licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos do art. 34 da IN SEGES/ME 73/2022.

15.4 - O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a Proposta ou o Lance que possa comprometer restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

15.5 - Eventual exclusão de Proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

15.6 - Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15.7 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no Sistema, o Licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da Proposta e obedecerá às regras constantes do art 19 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

15.8 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

15.9 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

16 – CONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

16.1 - Na hipótese de o Sistema Eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da Sessão Pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.2 - Caso a desconexão do Sistema Eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o Órgão, a Sessão Pública será suspensa e o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio, via CHAT, no Sistema.



17 – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

17.1 – Ao final da etapa competitiva, observada a prerrogativa das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), previstas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 2015, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate, estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova Proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

17.2 - Empatadas as Propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate acima.

17.3 - Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o item 17.1, proceder-se-á a sorteio das Propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

18 – DOS BENEFÍCIOS DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

18.1 - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

18.1.1 - Nessas condições as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

18.1.2 - Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

18.1.3 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



18.1.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

18.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada.

19 – NEGOCIAÇÃO E AFERIÇÃO DA EXEQUIBILIDADE

19.1 - Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício do desempate às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, o Pregoeiro deverá propor **NEGOCIAÇÃO** direta com o Fornecedor melhor classificado (contraproposta), objetivando obter condições mais vantajosas para a Administração, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Aviso.

19.2 - Na Negociação deverá ser verificado **O PREÇO MÁXIMO DEFINIDO PARA A CONTRATAÇÃO**, conforme **ANEXO II** do Edital e a **AFERIÇÃO DA EXEQUIBILIDADE**, considerando indícios de inaptidão as Propostas inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado para a licitação.

19.3 - Na hipótese de que trata o item anterior, a inexecuibilidade somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:

I - o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

19.4 - A CÂMARA poderá abrir diligências, pelo Sistema de Compras do Governo Federal, para aferir a **Exequibilidade das Propostas** e exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (Art 59, §2º, Lei 14.133/2021), ou quando apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e seus Anexos, desde que sanáveis.

19.5 - A Negociação e a Aferição da Exequibilidade será realizada e registrada por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, devendo o seu resultado ser formalmente anexado aos autos do processo de licitação.

20 – VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

20.1 - Será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

b) Consulta de sanções no Portal da Transparência do Governo Federal - no CEAF, no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP – CNEP, SIAFI – CEPIM, CEIS/CNEP – CEIS e no CEIS/CNEP – Acordos de leniência, mantido pela Controladoria-Geral da União.





c) Consulta de registros de condenação com Trânsito em Julgado ou sanção ativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

d) Consulta da Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

e) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica mantido pelo Tribunal de Contas da União-TCU (Órgão Gestor: TCU, CNJ e Portal da Transparência).

f) Consulta da Certidão Negativa Correccional – Entes Privados (ePAD,CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) mantido pela Controladoria-Geral da União.

20.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da Empresa classificada e também de seu Sócio Majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992 (alterada pela Lei nº 14.230/2021), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de Pessoa Jurídica da qual seja Sócio Majoritário.

20.3 - Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

20.4 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

20.5 - A existência de registro do fornecedor que impliquem em restrição ao direito de participar em contratações direta, licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública acarretará exclusão automática da empresa do certame.

20.6 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante DESCLASSIFICADO, por falta de condição de participação.

20.7 – Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento da Proposta e Habilitação.

21 – VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

21.1 - Para fins de Julgamento de Proposta, a vencedora será aquela que apresentar o **Menor Preço por Item**, desde que atendidas às exigências do **ANEXO I** – Termo de Referência e **ANEXO II** – da Planilha Orçamentária, **obedecendo as especificações e ao preço máximo estimado descrito para cada item.**

21.2 – Depois de encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, a utilização do tratamento favorecido, a realização da Negociação e verificadas as condições de participação (Impedimentos), será realizada pelo Pregoeiro **a verificação da conformidade da Proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação neste Edital e em seus Anexos.**

21.3 - Como critério para a análise da conformidade das Propostas serão observados os requisitos do **Termo de Referência – ANEXO I, da Planilha Orçamentária – ANEXO II e do Modelo de Proposta de Preços – ANEXO III deste Edital.**

21.4 - A Proposta de Preços Adequada, ao último lance ofertado ou valor negociado deverá ser apresentada em formato digital, conforme **ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços**, e se necessário documentações complementares, **no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, após abertura de envio de anexo via Sistema.**



21.5 - A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio, quando o substituir; ou
- II - de ofício, a critério do Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

21.6 - Para fins de análise da Proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do fornecimento/serviço ou da área especializada no objeto.

21.7 - Serão Desclassificadas as Propostas que (Art 59, inc. I a V, Lei 14.133/2021):

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital ou em seus Anexos;
- III - Apresentarem preços inexequíveis e não demonstrarem a sua exequibilidade, quando exigido pelo Pregoeiro;
- IV – Permanecerem Acima do Preço Máximo definido para a Contratação– ANEXO II - Planilha Orçamentária;
- V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

21.8 - A Desclassificação será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

21.9 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a Desclassificação da Proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Sistema, desde que não haja majoração do preço.

21.9.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas;

21.9.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.10 - O não envio da **PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA** ao valor final negociado, no prazo determinado pelo Pregoeiro, via abertura de “anexo” no Sistema, resultará na **Desclassificação da Proposta**, ficando ainda passível a aplicação de penalidade.

21.11 - Quando o primeiro colocado, for Desclassificado por **não enviar a Proposta de Preços Adequada ao último lance ofertado ou recusar-se a enviar o detalhamento da Proposta quando solicitado**, a negociação poderá ser feita com os demais Licitantes Classificados, exclusivamente por meio do Sistema, respeitada a ordem de Classificação estabelecida.

21.12 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Sessão Pública será suspensa, sendo informada, via CHAT, a nova data e horário para a sua continuidade.

21.13 - Encerrada a fase de Julgamento, após a verificação da conformidade da Proposta o Pregoeiro e Equipe de Apoio verificará a documentação de Habilitação do Licitante conforme disposições deste Edital.

22 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

22.1 – Após a verificação da conformidade da Proposta de Preços Adequada, o Pregoeiro verificará a documentação de Habilitação apenas do Licitante Classificado, conforme disposições no Edital do Pregão Eletrônico(Inc. II, art. 63, lei 14.133/2021).

22.2 – O Pregoeiro observará o cumprimento das exigências de Habilitação previstas no **ANEXO IV do Edital do Pregão Eletrônico – Das Documentações exigidas para Habilitação**, que deverá ser encaminhada pelo Licitante Classificado, exclusivamente, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, via anexo.

22.3 – O Pregoeiro observará no **RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES**, disponibilizado no Sistema de Compras do Governo Federal, a relação de licitantes se declarou que cumpre e estão cientes de todas as Declarações previstas nos itens 12.14, 12.15 e 12.16 deste Edital de Licitação.

22.4–Os Documentos exigidos para a Habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do Sistema, em formato digital, no prazo de no **mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da abertura de anexo, no sistema, pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.

22.5 – As Documentações de Habilitação solicitadas no **ANEXO IV do Edital do Pregão Eletrônico** deverão ter sua **EXPEDIÇÃO e HORA** até a **data e horário estabelecidos no Preâmbulo deste Edital** para a abertura da Sessão.

22.5.1 – Caso as Documentações de Habilitação venham atestar condição preexistente à abertura da Sessão Pública do certame poderão ter sua Expedição e Hora posterior à data e horário estabelecidos no Preâmbulo deste Edital.

22.6 - As Documentações de Habilitação solicitadas no **ANEXO IV do Edital do Pregão Eletrônico** do Edital deverão ter sua **VALIDADE** na **data estabelecida no Preâmbulo deste Edital** para a abertura da Sessão.

22.6.1 - As Certidões e demais Documentações solicitadas valerão nos **PRAZOS QUE LHES SÃO PRÓPRIOS**, conforme mencionados no seu corpo e emitida pelo Órgão Oficial.

22.6.2 - Inexistindo esse prazo de VALIDADE no corpo da **Certidão e demais Documentações**, reputar-se-ão válidas por **90 (noventa) dias, contados de sua expedição**.

22.7– Encerrado o prazo para envio das Documentações de Habilitação de que trata o item 20.3 poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro a apresentação de novos Documentos de Habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentado pelos licitantes, em até no **mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da abertura de anexo, no sistema, pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, para:

I – a aferição das condições de Habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das Propostas.

III – suprimimento da ausência de Documento de cunho Declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

IV – suprimimento da ausência de Certidão e/ou Documento de cunho declaratório expedido por Órgão ou Entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

22.8 – Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua Inabilitação.

22.9 - A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua Proposta, que não foi juntado com os demais



comprovantes de Habilitação e/ou da Proposta de Preço Adequada, **por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.**

22.9.1 – O Pregoeiro poderá realizar diligências visando à obtenção de documentos para sanear os comprovantes de Habilitação ou da Proposta a que venham atestar condição preexistente à abertura da Sessão Pública do certame, ainda que não tenham sido apresentados, no momento adequado, por equívoco ou falha.

22.9.1.1 – Os documentos de Habilitação mencionados no subitem acima deverão ser apresentados em formato digital, via Sistema, após solicitação do Pregoeiro, no Sistema Eletrônico, no prazo de, no mínimo, **duas horas**, prorrogável por igual período, sob pena de Inabilitação.

22.10 - A verificação, em diligência, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio em sítios eletrônicos oficiais de Órgãos e Entidades Emissoras de Certidões constitui meio legal de prova, para fins de Habilitação.

22.11 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

22.11.1 - O descumprimento do subitem acima implicará a Inabilitação do Licitante, exceto se a consulta realizada, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões e/ou as documentações enviadas pelo Licitante, via anexo no Sistema, lograr êxito.

22.12 - A Inabilitação será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

22.13 - O não envio das Documentações de Habilitação, no Sistema via anexo, no prazo determinado, resultará na INABILITAÇÃO da Empresa, ficando ainda passível a aplicação de penalidade, **exceto se a consulta realizada, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões e consulta no SICAF, lograr êxito.**

22.14 - Na hipótese de o Licitante **não atender às exigências para Habilitação**, será examinada a Proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação do Sistema, até a apuração de uma Proposta que atenda ao Edital do Pregão Eletrônico.

22.15 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da Regularidade Fiscal e Trabalhista de **ME/EPP e Equiparada que usufrua do benefício**, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para a regularização, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, conforme artigo 43 §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

22.15.1 – A regra prevista do subitem anterior será aplicável a partir do momento em que as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas for declarada vencedora no Pregão Eletrônico.

22.15.2 - A comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste Pregão Eletrônico, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição.

22.16 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir, devendo encaminhá-lo no prazo de 03 (três) dias úteis, para o Departamento de Licitações da Câmara Municipal, podendo o prazo ser prorrogado a critério da Administração.

22.17 - Não serão aceitos documentos de Habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

22.18 - Se o Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de





capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

22.19 - Serão aceitos registros de CNPJ de Fornecedores matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

22.20 - Na hipótese de o Licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a contratação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

22.21 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes para atendimento de exigências de habilitação, inicialmente apresentados em tradução livre.

22.22 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Sessão Pública será suspensa, sendo informada, via CHAT, a nova data e horário para a sua continuidade.

22.23 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o Licitante será Habilitado.

23 – SANEAMENTO NO JULGAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

23.1 - No julgamento das Propostas e da Habilitação, a CÂMARA poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas, dos Documentos e sua validade jurídica, mediante diligências, despachos fundamentados, registrados em Ata, no CHAT e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de Classificação e Habilitação.

23.2 - Na hipótese de necessidade de suspensão da Sessão Pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento da Proposta e Habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio, via CHAT, no Sistema.

24 – INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL

24.1 - A Interposição de Recurso referente ao Julgamento das Propostas, à Habilitação ou Inabilitação de Licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.2 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na Sessão Pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do Julgamento das Propostas e do Ato de Habilitação ou Inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua Intenção de Recorrer, sob pena de preclusão, ficando a Autoridade Superior autorizada a Adjudicar o Objeto ao licitante declarada vencedor.

24.3 - As Razões do Recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no Sistema de Compras do Governo Federal, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata.

24.4 - Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas Contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao final do prazo de apresentação das Razões Recursais.

24.5 - Os Recursos e as Contrarrazões serão dirigidos ao Pregoeiro que proferiu a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará, relatando suas razões de forma fundamentada e motivada, a Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





24.6 - O Recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da Autoridade Competente.

24.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente Adjudicará o objeto e Homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

24.8 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

24.9 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

25 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

25.1 – Declarada a vencedora(s) do certame, o resultado da licitação será submetido à Autoridade Competente da CÂMARA para o procedimento de Adjudicação e Homologação da licitação.

26 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1 - Homologado o resultado da licitação pelo Presidente da CÂMARA, o Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nas condições previstas neste Edital e Anexos, conforme Minuta - **ANEXO VI** deste Edital, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação.

26.2 – A CÂMARA enviará a Empresa vencedora a Ata de Registro de Preços para a assinatura de seu Representante Legal.

26.3 - A Ata assinada deverá ser devolvida a CÂMARA no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

26.4 - O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante vencedora, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CÂMARA.

26.5 - Para assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste Edital.

26.6 - O presente Edital, bem como os seus Anexos, e a Proposta da Empresa Vencedora serão partes integrantes da Ata de Registro de Preços.

26.7 - A recusa injustificada da Empresa Vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, em até 2 (dois) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

26.8 - Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas neste edital e na legislação vigente, fica facultado à CÂMARA convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

26.9 - A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser devolvida acompanhada da cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura da Ata. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

26.10 - O preço registrado com indicação das licitantes será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



26.11 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a CÂMARA a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

26.12 - Não será permitido a licitante vencedora ceder total ou parcialmente, sub-rogar ou transferir, no todo ou em parte, o objeto dessa licitação, sob pena de sanções administrativas.

26.13 - A partir de assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir na sua íntegra todas as condições estabelecidas, ficando sujeita inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

27 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA - ANEXO VII DO EDITAL

27.1 - Após a Fase Recursal, os Proponentes serão convocados para reduzir seus preços ao valor da Proposta do Proponente melhor classificado, ocasião na qual será oportunizada a formação de eventual Cadastro de Reserva.

27.1.1 - Os licitantes interessados em participar do Cadastro de Reserva deverão encaminhar via anexo, no Sistema de Compras do Governo Federal, **no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período**, a contar da convocação do Pregoeiro via CHAT e abertura de anexo, a solicitação de inclusão do(s) item(ns) ao(s) qual(is) o Proponente desejar, conforme Declaração de Solicitação de Inclusão em Cadastro de Reserva - **ANEXO VII do Edital** na condição de **reduzir seu preço ao valor da Proposta do Proponente melhor classificado**;

27.2 - Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro:

27.2.1 - dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

27.2.2 - dos licitantes que mantiverem sua Proposta original.

27.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

27.3.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

27.3.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

27.4 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

27.4.1 - quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

27.4.2 - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 42 e no art. 43, 45 e 46 do Decreto Municipal nº 3393/2024.

27.5 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual no prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a CÂMARA, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



27.5.1 - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27.5.2 - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28 – TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

28.1 – Os requisitos do Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente estão elencados no item 6 do Termo de Referência – ANEXO I e VIII do Edital, afora outras que por Lei lhe couberem.

28.2 - A Contratação com a Empresa Registrada na Ata de Registro de Preço far-se-á por Termo de Contrato ou por outro instrumento hábil, como carta contrato, nota de espenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, com fundamento no Artigo 95, inciso I e II da Lei nº 14.133/2021, considerando a Proposta de Preço Adequada apresentada e disposições legais, vinculando a Empresa Vencedora aos termos do Aviso e demais ANEXOS, à Proposta apresentada e às disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

28.3 - Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

28.4 - O contrato ou instrumento equivalente deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata.

28.5 – A CÂMARA convocará o licitante registrado para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05(cinco) dias corridos para assinatura do Contrato a contar de sua convocação.

28.5.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante a CÂMARA para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo acima citado.

28.6 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado por 01 (uma) única vez por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (Art. 90, §1º da Lei 14.133/2021).

28.7 - O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao licitante vencedor, implica o reconhecimento de que:

28.7.1 - Referida Nota está substituindo o Contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

28.7.2 - A Contratada se vincula à sua Proposta e às previsões contidas no Edital e seus ANEXOS;

28.7.3 - A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

28.5.4 - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido neste Edital.

28.8 – A Contratada se vincula a sua Proposta, a Ata de Registro de Preços e às previsões contidas no Aviso do Edital e seus Anexos.

28.9 – Na assinatura do Contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de Habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.





28.10 - Na hipótese do licitante **não assinar o Contrato** ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a CÂMARA deverá observar o que estabelece o item 27 – Do Cadastro de Reserva, examinando a ordem de classificação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

28.11 - Caso nenhum dos licitantes aceitem a contratação nos termos acima, a CÂMARA, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28.12 - Decorrido o prazo de validade da Proposta indicado no Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos (Art. 90, §3º da Lei 14.133/2021).

28.13 - A recusa injustificada do Adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CÂMARA caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

28.14 - A regra constante do subitem anterior, não se aplica aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem 28.11. (Art. 90, §6º da Lei 14.133/2021).

28.15 - O contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

28.16 – Será emitida Nota de Empenho para cada solicitação realizada pela CÂMARA.

28.17 – A(s) licitante(s) vencedora(s) quando da solicitação efetiva do(s) material(ais) deverá retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 05(cinco) dias corridos a contar da comunicação efetiva pela CÂMARA.

29 – REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS

29.1 –Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irajustáveis.

29.2 – Os Contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (data-base) podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

29.3 - A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do fornecimento que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for fornecida fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

29.4 - No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

29.5 - Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

29.6 - A revisão dos preços registrados em Ata poderá ser realizada a pedido do beneficiário do registro, ou por iniciativa da CÂMARA, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado,





ou de fato que eleve os preços dos bens registrados, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços e disponibilizando-o no site oficial do Poder Legislativo.

29.7 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a CÂMARA convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a Ata de Registro de Preços.

29.8 - Nos termos do artigo 231 do Decreto Municipal nº 3.335/2023, serão objeto de preclusão:

29.8.1 - As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato e;

29.8.2 - As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

30 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

30.1 - Os requisitos da contratação do objeto estão elencados **no item 4 do Termo de Referência – ANEXO I do Edital**, afora outras que por Lei lhe couberem.

30.2 - Respeitado, no que couber, o amplo direito de defesa, o contrato poderá ser extinto em conformidade com o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, nas seguintes formas:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

30.3 - A extinção administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Superior da CÂMARA.

30.4 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos da habilitação exigidos na Licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato, podendo ser extinto, caso restrinja a capacidade da empresa de concluir o contrato (art. 137, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).

31 – RECEBIMENTO DO OBJETO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

31.1 - O recebimento do objeto, acompanhamento e fiscalização será em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e de acordo com o estabelecido **no item 5 do Termo de Referência – ANEXO I do Edital**, afora outras que por Lei lhe couberem.

31.2 – O item do objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica, pelo(a) responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para



efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.

31.3 - O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, depois do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

31.4 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

31.5 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

31.6 - O aceite/aprovação do Objeto licitado pela CÂMARA não exclui a responsabilidade civil do licitante por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

31.7 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

32 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

32.1 - São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATADA, além das constantes no item 11 do Termo de Referência, afora outras que por Lei lhe couberem, as abaixo relacionadas:

I - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, tais como: transportes, fretes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que porventura existam ou venham a ser criadas e exigidas pela Administração Pública;

II - Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

III - Abster-se de contratar para atuarem no contrato decorrente desta Licitação, empregados que sejam: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme Art. 48, Parágrafo Único, da Lei 14.133/2021;

IV - Entregar o objeto conforme as disposições constantes do Termo de Referência e na Proposta de Preços e orientações da CÂMARA.

33 – OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

33.1 - São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade do CONTRATANTE, além das constantes no item 12 do Termo de Referência, afora outras que por Lei lhe couberem, as abaixo relacionadas:

I - Receber o objeto do contrato provisoriamente e definitivamente, mediante Termo de Autorização de Recebimento, em conformidade com a legislação, e com o item 5 do Termo de Referência;

II - Comunicar eventuais falhas ocorridas na execução do objeto;

III - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste Edital;



IV - Designar, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, um representante responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, sem prejuízo da total responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou para com terceiros.

34 – SUBCONTRATAÇÃO

34.1 - Não é admitida a Subcontratação do Objeto Contratual cumulativamente com o que prescreve o art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

35 – FATURAMENTO E PAGAMENTO

35.1 – A Forma de Pagamento será:

35.1.1 - O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, à vista, pela Diretoria de Finanças da Câmara – no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, da data final do período de adimplemento da obrigação.

35.1.2 - Será considerado adimplemento, a data em que o Fiscal do Contrato, der o RECEBIMENTO do material ou serviço especificado na respectiva Ordem de Início.

35.1.3 - A Contratada deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o fornecimento evidenciado no Termo de Autorização de Fornecimento, acompanhado dos seguintes documentos:

- I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;
- II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;
- IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;
- V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

35.1.4 - O pagamento à Contratada será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Fornecimento, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações, quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da Câmara, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento.

35.1.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara.

35.1.6 - A Nota Fiscal Eletrônica – NF - e emitida pela Contratada deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou





fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

35.1.7 - As retenções mencionadas no parágrafo anterior serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

35.1.8 - O pagamento não será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

35.1.9 - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara.

35.1.10 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Câmara deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

35.1.11 - Persistindo a irregularidade, a Câmara deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a Contratada a ampla defesa.

35.1.12 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

36 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

36.1 - Poderá aplicar ao licitante ou contratado (conforme o caso), garantido o direito prévio ao Contraditório e à Ampla Defesa, as sanções administrativas, conforme todo o estabelecido nos arts 155 a 163 da Lei 14.133/2021.

36.2 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



36.3 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas no artigo 156 da Lei nº14.133/21, conforme segue:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

36.4 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

36.5 - A sanção prevista no inciso I do item 36.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

36.6 - A sanção prevista no inciso II do item 36.3 não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei 14.133/2021.

36.7 - A sanção prevista no inciso III do item 36.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

36.8 - A sanção prevista no inciso IV do item 36.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

36.9 - A sanção estabelecida no inciso IV do item 36.3 será precedida de análise jurídica e observará as regras previstas §6º, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021

36.10 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 36.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do item 36.3.

36.11 - A recusa injustificada da empresa adjudicatária em receber o Contrato e/ou a Nota de Empenho no prazo estabelecido após a convocação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

36.12 - Estarão passíveis das sanções previstas no item 36.3, as licitantes que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:

- 36.12.1 - Declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, que se apresente para participar de procedimento licitatório, conforme §2º do artigo 337-M do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei 14.133/21);



COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

36.12.2 -Venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, conforme artigo 337-F do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei 14.133/21);

36.12.3 -Afastar ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, conforme artigo 337-K do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei 14.133/21);

36.12.4 -Devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, conforme artigo 337-J do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei 14.133/21);

36.12.5 -Patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, conforme artigo 337-G do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei 14.133/21);

36.12.6 -Deixe de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

36.12.7 -Não mantenha a proposta, dentro prazo de sua validade, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

36.12.7.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

36.12.7.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

36.12.7.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

36.12.7.4 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

36.12.8 -Não celebre a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

36.12.8.1 -Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

36.12.9 -Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

36.12.10 - fraude a licitação;

36.13 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

36.14 - As penalidades aplicadas poderão ser relevadas por juízo da Administração nas hipóteses de casos fortuito e/ou força maior, devidamente justificada e comprovada.

36.15 – A CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU aplicará as penalidades previstas no Edital e seus anexos e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades penal e cível.

36.16 - Quando for aplicada multa, seu valor será descontado da fatura a que fizer jus a contratada ou da garantia contratual, quando houver.

36.17 - Não verificando a hipótese anterior, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do valor correspondente mediante Guia de Recolhimento. Frustrada a cobrança, serão encaminhadas cópias do processo para inscrição da dívida junto à Secretaria da Fazenda do Município de Casimiro de Abreu, observados os limites propostos em lei.

36.18 - A retenção do valor da multa presumida poderá ser feita cautelarmente pela Administração quando da instauração do processo administrativo quando se tratar de fatura única ou última fatura.

36.19 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

36.20 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

36.21 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

36.22 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

36.23 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos ANEXOS a este Aviso.

37 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

37.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da Sessão Pública, por meio eletrônico, para o seguinte endereço de e-mail: licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br.

37.2 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação serão dadas no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de Licitação e dos Anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

37.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

37.4 - Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos legais, conforme artigo 55 da Lei 14.133/2021.

37.5 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial da CÂMARA (www.casimirodeabreu.rj.leg.br/licitacoes) e no Sistema de Compras do Governo Federal, dentro do prazo estabelecido no subitem 37.2 para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.



37.6 - Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

38 – DISPOSIÇÕES GERAIS

38.1 – A CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU/RJ reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente Licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo as licitantes o direito de indenizações, salvo as disposições legalmente previstas.

38.2 – Ao pronunciar a nulidade, a Autoridade Superior indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

38.3 - Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no § 3º, do artigo 71, da Lei nº 14.133/2021.

38.4 - Na hipótese da ilegalidade ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no artigo 147 da Lei nº 14.133/2021.

38.5 - No caso de todos os licitantes restarem Desclassificados ou Inabilitados (procedimento Fracassado), a CÂMARA poderá republicar o presente Aviso de Edital com uma nova data.

38.6 - As providências do subitemanterior também poderá ser utilizada se não houver o comparecimento de quaisquer licitantes interessados (procedimento Deserto).

38.7 - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua Proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo (Art. 12, Inc. III da lei 14.133/2021).

38.8 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro de acordo com a Legislação pertinente.

38.9 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Aviso de Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Agente competente da Administração na respectiva notificação.

38.10 - É facultada ao Pregoeiro e/ou Autoridade Superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

38.11 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os interessados sem comprometimento da segurança jurídica do futuro contrato.

38.12 – Caberá ao licitante acompanhar as Operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela CÂMARA ou de sua desconexão.

38.13 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas sendo responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

38.14 - Todos os elementos do edital, incluídos minuta de Contrato, Termo de Referência, e outros anexos porventura existentes, serão divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

divulgação do edital, inexistindo necessidade de registro ou de identificação para acesso (Art. 25, §3º da Lei 14.133/2021).

38.15 - A publicidade do Edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do Ato Convocatório e de seus Anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - Art. 54, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.

38.16 - O extrato do Edital será publicado no Jornal do Município de Casimiro de Abreu, no Jornal Diário de Grande Circulação "EXTRA-RJ" e no site: www.casimirodeabreu.rj.leg.br/licitacoes (Art. 54, §§1º e 2º Lei 14.133/2021).

38.17 - Eventuais modificações no Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (Art. 55, §1º da Lei 14.133/2021).

38.18 - Não havendo Expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do Pregão Eletrônico na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

38.19 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CÂMARA.

38.20- Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

38.21—Fica eleito o foro do Município de Casimiro de Abreu para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto desta licitação e adjudicação dela decorrente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Casimiro de Abreu, 13 de novembro de 2025.

Cláudia da Conceição Joaquim
Mat.001/PL
Comissão de Planejamento

Gleice Rosa da Silva Mescolin
Mat.024/PL
Comissão de Planejamento

Felipe Paschoal Linhares
Mat.643
Comissão de Planejamento





CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

RUA FELICIANO SODRE, Nº 384 - CENTRO - CNPJ: 30.407.084/0001-43

CASIMIRO DE ABREU/RJ - CEP 28.860-000

FONE: (22) 2778-1183



CÓDIGO DE ACESSO

36BF9B0ACF2A4E699E85EEC248F1CA2B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://cmcasimirodeabreu.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/36BF9B0ACF2A4E699E85EEC248F1CA2B>